

## PASSE LIVRE

Os jovens foram prá rua em 2013. Sempre eles. A irrisignação se fez presente com o anúncio do aumento das passagens de ônibus em Porto Alegre. Se espalhou ninguém sabe como, e em alguns dias, todas as Capitais e um sem número de Municípios. Bem, ai foram as passagens, o governo, os partidos, os políticos e a prestação de serviços públicos, esta a grande vilã.

Melhorou? Talvez não seja uma resposta que caiba à Fundação Ulysses Guimarães neste momento. A resposta mais adequada deve ser dirigida aos jovens que naquela oportunidade botaram a cara e, hoje, a JUVENTUDE NA ESTRADA. A nós, da FUG, importa instigar, fomentar o debate, colher as manifestações e socializá-las.

Voltando ao tema. A força dos jovens no episódio do aumento das tarifas levou o então Governo do RS, em 26 setembro de 2013, através da lei 14.307, a instituir o programa do passe livre no Estado, matéria regulamentada pelo Decreto 50.832/2013. O arcabouço jurídico estava montado.

Passados quase dois anos o que aconteceu depois disso? Os jovens foram efetivamente beneficiados? As novas regras foram bem difundidas pela METROPLAN e pelo DAER, Órgãos do Poder Executivo que cuidam respectivamente do transporte metropolitano e intermunicipal? O Fundo Estadual do Passe Livre amealhou algum recurso? E Porto Alegre? Caxias do Sul? Santa Maria? Pelotas? Barra do Ribeiro? Os municípios assumiram o seu papel?

De outro lado, já que do debate surge à luz, o poder público tem instrumentos para atender e dar respostas satisfatórias aos maiores interessados, a nossa juventude? Embora a lei tenha tratado o benefício como subsídio direto, isto é, não penaliza a tarifa, consequentemente o usuário que paga não pode ser onerado, o recurso sai do orçamento do poder público. Logo, sai, em última análise do bolso de todos, inclusive do bolso dos pais do jovens beneficiados.

Nestes dois parágrafos, aparentemente antagônicos uma pergunta não quer calar. Educação é tudo. Para que todos possam chegar a ela e tenham possibilidade de participar de uma forma razoavelmente equilibrada nesta batalha diária chamada vida, ao menos, aos que tem menos, há que haver um mínimo de apoio do poder público.

Se não bastassem todas estas questões de fundo, o transporte tem que fluir e a passagem tem que suportar o ônibus, o combustível, o motorista, a manutenção da frota, a fiscalização do poder público, tributos, taxas diversas, a justa remuneração do empreendedor e, todos os subsídios já conhecidos, variando desde 100% de gratuidade a 10 diferentes categorias e com desconto especial, de 10% a 40% a outras 6. E o passe livre?

O que dizer de tudo isso?